

A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO NAS ÁREAS DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ DO RIO GRANDE DO SUL: RELAÇÕES INTERÉTNICAS, FONTES DOCUMENTAIS E DISCURSOS LAUDATÓRIOS

THE QUESTION OF SLAVERY IN THE GERMAN IMMIGRATION AREAS OF RIO GRANDE DO SUL: INTERESTING RELATIONS, DOCUMENTARY SOURCES AND LAUDATIVE DISCOURSE

Rodrigo Luis dos Santos*

Resumo: Neste artigo buscamos integrar três aspectos, tendo como ponto de partida a historiografia que trata das relações entre escravos e imigrantes no Rio Grande do Sul do século XIX: as relações interétnicas, o uso das fontes documentais e os discursos laudatórios que perpassam ainda o senso comum. A partir destes três elementos, buscamos evidenciar como as fontes documentais tem permitindo visualizar outras configurações historiográficas no tocante das relações interétnicas, o que, por sua vez, podem contribuir para uma mudança nos discursos laudatórios ainda presentes na abordagem dos estudos étnicos e das migrações, tanto históricas quanto contemporâneas. Ao mesmo tempo, é importante perceber a complexidade e a estrutura multifacetada da sociedade oitocentista, sobretudo envolvendo imigrantes europeus, e no nosso caso de estudo, alemães, e os negros escravizados pelo regime vigente no Brasil por quase quatro séculos. Essa compreensão do passado permite vislumbrar os desdobramentos ainda percebidos no tempo presente, especialmente direcionados para as migrações recentes, onde a maior parte da população é negra, oriundas de países como Haiti e Senegal. Como recorte especial, escolhemos a Colônia Alemã de São Leopoldo, posteriormente elevada à categoria de vila (1846) e município autônomo, a partir de 1864.

Palavras-chave: Escravidão; Imigração; Relações Interétnicas; Discursos; Documentos.

Abstract: In this article we seek to integrate three aspects, starting with the historiography that deals with the relations between slaves and immigrants in Rio Grande do Sul in the nineteenth century: interethnic relations, the use of documentary sources and laudatory discourses that common sense. From these three elements, we seek to show how documentary sources allow us to visualize other historiography configurations in relation to interethnic relations, which, in turn, can contribute to a change in the laudatory discourses still present in the approach to ethnic studies and At the same time, it is important to realize the complexity and multifaceted structure of nineteenth-century society, especially involving European immigrants, and in our case study, Germans, and blacks enslaved by the regime in force in Brazil for almost four centuries.

*Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS). Docente em História no Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI) e membro da Equipe Editorial da Revista Acadêmica Licencia&acturas. E-mail: rluis.historia@gmail.com.

This understanding of the past allows us to glimpse the developments still perceived in the present time, especially directed to the recent migrations, where the majority of the population is black, coming from countries like Haiti and Senegal. As a special cut, we chose the German Colony of São Leopoldo, later elevated to the category of town (1846) and autonomous municipality, from 1864.

Keywords: Slavery; Immigration; Interethnic Relations; Speeches; Documents.

Introdução

A fronteira étnica canaliza a vida social. Ela implica uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento e das relações sociais. A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento. Ou seja, é pressuposto que ambos estejam basicamente “jogando o mesmo jogo”, e isso significa que há entre eles um potencial para diversificação e expansão de suas relações sociais, de modo a eventualmente cobrir todos os diferentes setores e domínios de atividade. Por outro lado, a dicotomização que considera os outros como estranhos, ou seja, membros de outro grupo étnico, implica o reconhecimento de limitações quanto às formas de compreensão compartilhadas, de diferenças nos critérios para julgamento de valor, de performance, bem como uma restrição de interação àqueles setores que se pressupõe haver compreensão comum e interesses mútuos (BARTH, 2000, p. 34).

As palavras de Fredrik Barth não devem ser entendidas apenas como um pressuposto analítico adaptado tão somente para as esferas acadêmicas, no campo das Ciências Humanas e Sociais. Não podemos nos esquecer que ainda existe uma relação bastante profunda entre

senso comum e as maneiras como se contam determinados acontecimentos históricos. Embora as pesquisas historiográficas em nível acadêmico tenham alargado as interpretações sobre construções históricas vistas como quase que imutáveis, o alcance das perspectivas resultantes destas pesquisas parecem que ainda não atingiram um alcance significativo no meio social. Ou, por outro lado, são rebatidas de forma enfática, sem respaldo em critérios solidificados ou estudos mais profundos, mas em tradições, sobretudo orais, repetidas ao longo do tempo. Essas narrativas trazem em seu bojo um sentido laudatório, enaltecendo feitos e características de determinado grupo étnico ou agente histórico. Essas características muitas vezes são construções focadas em criar um distanciamento interétnico.

No Brasil e no mundo, neste início de século XXI, a questão das migrações e das relações étnicas tem retomado um espaço considerável nos espaços de notícias e discussões. Desde os espaços de sociabilidade mais populares, como nas conversas de bar, nas filas de supermercados, passando pelos espaços acadêmicos e polos difusores de políticas públicas, como as instâncias governamentais, essa temática é perpassada por diferentes interpretações e opiniões que, não obstante, fomentam um quadro de polêmica social contundente. Nessa esfera, é perceptível o jogo de discursos, tanto em defesa como de acusações, onde o critério étnico é uma peça fundamental nas argumentações construídas por ambos os lados.

Somado a este panorama contemporâneo, o conflito entre historiografia acadêmica e o senso comum ainda é bastante perceptível em múltiplos ambientes acerca deste assunto. No caso brasileiro, a problemática do presente se coaduna com um passado escravista e de racismo enraizado na sociedade. Basta acompanharmos as opiniões emitidas quando se destacam as massas populacionais de haitianos e senegaleses, por exemplo, que tentam reconstruir sua vida em terras brasileiras. Nesse sentido, buscaremos retomar algumas considerações acerca dos discursos elaborados a respeito da fase escravista brasileira, especialmente nas áreas de imigração europeia do Rio Grande do Sul. Nesse breve ensaio, objetivamos estabelecer uma relação entre a forma em que os arquivos documentais podem contribuir para as pesquisas das relações interétnicas e os discursos ainda presentes no senso comum, marcados, em muitos casos, pelo tom apologético e laudatório, estabelecendo uma diferença entre um grupo e os demais. Para tanto, direcionamos nossa ótica temporal para o século XIX, analisando como a historiografia recente e o senso comum interpretam as relações entre os imigrantes de origem alemã e escravos negros.

No tocante social, esta questão ao mesmo tempo em que ajuda a evidenciar esta prática por parte de imigrantes, também se faz atual, ao tentarmos compreender determinados

discursos ainda existentes. Para verticalizar o foco analítico, a Colônia Alemã de São Leopoldo, fundada em 25 de julho de 1824, quando ocorrera a chegada das primeiras famílias de imigrantes vindo das regiões que hoje constituem a Alemanha, como Mecklenburg-Schwerin, Hamburgo, Holstein, Renânia-Palatinado, será nosso laboratório de apreciação. Em 1846, após a guerra civil Farroupilha, A Colônia de São Leopoldo foi elevada à categoria de Vila e em 1864, em Município autônomo, se desvinculando de Porto Alegre. Da antiga Colônia de São Leopoldo se originam municípios como São Leopoldo, Novo Hamburgo, Esteio, Sapucaia do Sul, Campo Bom, Sapiranga, entre outros. No local onde foram instaladas as primeiras famílias de imigrantes alemães existia, até início de 1824, a Real Feitoria do Linho Cânhamo, que foi estabelecida próximo ao rio dos Sinos, em 1788. Nesta fazenda o trabalho utilizado era escravo, sendo aí produzido o linho e o cânhamo utilizados na produção de cordas para os navios portugueses. Com o encerramento das atividades da Real Feitoria, os escravos foram levados para outras regiões da província, como Canguçu e Pelotas, ao sul desta.

A historiografia acerca da imigração alemã, por um período considerável de tempo, omitia a relação interétnica, social, política e econômica que havia entre imigrantes alemães e negros. Assim como ocorria com outros grupos, se estabelecia uma espécie de barreira em torno do imigrante. Essa barreira era construída por meio do estabelecimento de determinadas qualificações. Estas qualificações, por sua vez, além do caráter enaltecido, buscavam diferenciar o imigrante, neste caso, de origem alemã, dos demais grupos constituintes da sociedade brasileira. Essa diferenciação contribuiu para a afirmação de critérios de superioridade e de inferioridade. Ou seja, quando se qualifica exageradamente o imigrante como ordeiro, pacífico, apolítico, acaba por, mesmo que subjetivamente, dar conotações de inferioridade aos demais agentes sociais, conferindo-lhes atributos como desordeiros, ociosos, interesseiros. Nessa historiografia, a relação escravocrata no meio imigrante foi praticamente apagada ou, no mínimo, abrandada. Em suas pesquisas, Magda Gans nos assevera que

No campo da historiografia apologética, Hunsche afirmou que teuto-brasileiros não possuíam escravos porque tinham uma mentalidade moralizadora que regeneraria a ideia de trabalho desmoralizada por uma mentalidade lusa, colonialista e escravista [...]. Esta tese da nobilitação do trabalho pelos alemães, também defendida por Oberacker [...] é tributária, penso, de noções próprias de laboriosidade, cidadania e progresso que surgiram entre os teuto-brasileiros ao longo da segunda metade do século XIX, em grande parte forjada pelos intelectuais teuto-brasileiros daquele período, e que se difundiram amplamente na comunidade teuta, tornando-se

senso comum e influenciando grande parte da historiografia da imigração do século XX (GANS, 2004, p. 98).

De certa forma, se criou uma imagem *mítica*, ressaltando a benevolência do imigrante alemão, confrontando-o com a própria figura do luso-brasileiro, demarcando um diferencial entre ambos. Teoricamente, podemos nos ancorar nas perspectivas analíticas acerca da construção de identidades étnicas e das fronteiras entre indivíduos e grupos étnicos e culturais.

Dentro do conceito de identidade étnica, um dos pontos importantes em seu processo de fomento é o fato de ser um conceito “construído”. Ou seja, se trata de uma identidade construída ao longo de processos históricos, aglutinando fatores diversos, como interesses sociais, políticos, religiosos, econômicos, entre outros. Em formulações, como de Fredrik Barth (2000) e Abdelmalek Sayad (1998), a identidade étnica é construída também em situações de conflito e confronto, embora não apenas nestas. Assim, ela adquire mais do que um caráter de aproximação entre pares, uma conotação de distanciamento e diferenciação em relação a outro grupo. São as chamadas *fronteiras étnicas*. Fronteiras estas que, conforme a necessidade ou os objetivos, podem ser ultrapassadas, ou melhor, negociadas. Temos assim um aspecto importante dentro da conceituação que Fredrik Barth faz dos grupos étnicos: seu caráter relacional e, por que não dizer, até mesmo estratégico. Conforme define Barth,

A atribuição de uma categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação. Nesse sentido organizacional, quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos (BARTH, 2000, p. 32).

Deste modo, tanto na historiografia mais tradicional sobre a imigração alemã quanto no senso comum, ainda existente em muitas comunidades e instituições, permeadas por um discurso étnico, é constante a utilização de termos e conotações que, subjetivamente e objetivamente, visam uma separação de identidades, o estabelecimento de uma fronteira entre este grupo e aqueles que, por suas características culturais, sociais ou de origem, se encontram em uma outra esfera. No caso da presença da escravidão em áreas de imigração, se tentou, ao máximo, invisibilizá-la, justamente para reforçar esse traço *civilizador* entre imigrantes e nacionais, estabelecendo uma hierarquização entre *evoluídos* e *selvagens*, ou seja, quem era imigrante tinha uma cultura humana mais avançada que os que aqui residiam, entregues aos

vício e práticas bárbaras, como a escravidão. Contudo, na medida em que se descortinaram, através das informações contidas nos mais diversos documentos, a presença acentuada de escravos no seio das comunidades imigrantes, esse argumento identitário começou a ruir.

Alguns estudos de caso: escravos e senhores, discursos e comprovações empíricas

Com os avanços de pesquisas acadêmicas em áreas como escravidão e pós-abolição, relações sociais no meio imigrante e relações interétnicas, a existência de proprietários de escravos de origem alemã ficou evidenciada. Nos arquivos, por exemplo, podemos encontrar em diversos inventários a presença de escravos entre os bens deixados pelos inventariados. Um caso que pode nos ajudar na exemplificação deste fato é o inventário de João Pedro Schmitt, importante comerciante e empresário do setor de colonização de terras e de navegação fluvial na Vila de São Leopoldo. Seu inventário (assim como os de outros imigrantes) se encontra no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Morador da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Hamburger Berg (atual bairro de Hamburgo Velho, em Novo Hamburgo), João Pedro Schmitt se destacou pelos diversos ramos econômicos que estabeleceu, além de ter ocupado cargos importantes na dinâmica política e administrativa, como juiz de Paz e vereador na Câmara Municipal de São Leopoldo. Quando de seu falecimento, em 1868, sua segunda esposa, Catharina Schmitt, deu início ao inventário. Entre os bens deixados pelo falecido, estão listados 11 escravos, sendo um deles um recém-nascido. Outros imigrantes, como o próprio sócio de João Pedro Schmitt na empresa de colonização particular de terras, João Kremer, também possuíam escravos, que foram registrados como bens em seus inventários.

Em outros acervos documentais, como o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) e no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL), também podemos encontrar documentos que permitem vislumbrar uma dinâmica interétnica bastante acentuada. No primeiro acervo, encontramos, entre outros tipos documentais, diversos contratos e relatórios referentes ao processo de compra e venda de escravos, assim como de pagamentos de impostos sobre transações envolvendo os mesmos. Nomes importantes na trajetória política de São Leopoldo no século XIX, como o vereador João Daniel Collin, o juiz de Paz Francisco Trein (patriarca de uma família importante no cenário econômico rio-grandense do final do século XIX e início do XX), o advogado e político Felipe Leopoldo Matte, são listados nesses processos. No segundo acervo supracitado, entre os documentos, temos um que

chama a atenção: a relação de despesas provenientes da execução de um escravo, cujos valores foram pagos pela Câmara Municipal de São Leopoldo, em 1851.

Um importante trabalho recente, pautado em uma sólida análise documental, com escopo teórico e metodológico pertinente, é a obra de Paulo Roberto Staudt Moreira e Miquéias Henrique Mügge, intitulado *História de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*, datado de 2014. Neste livro, os pesquisadores englobam casos de relações de poder e de cunho interétnico envolvendo imigrantes alemães e escravos, evidenciando o caráter parcial e ideológico de uma historiografia laudatória que, em termos gerais, dominou o cenário acerca da memória da imigração alemã durante muito tempo. Nos jogos dos discursos de memória, ocorreu aquilo que Michel Pollak (1989) conceitua como *enquadramentos da memória*, ou seja, a determinação do que deve ser lembrado e perpetuado, assim como do que se deve esquecer e, se possível, apagar completamente.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, dentro do discurso construído e ainda apregoadado, se fala do *isolamento* do grupo imigrante, o que teria contribuído para sua conformação diferenciada diante da sociedade receptora brasileira. Esse isolamento, não tangenciaria apenas o aspecto geográfico e de acessibilidade, mas, por conta destes, seria notadamente cultural e sociopolítico. Dois autores, ao abordarem a questão da organização comunitária dos imigrantes, acabaram por defender essa perspectiva. Jean Roche, por seu turno, afirmava que

Reunidos nos núcleos de povoamento homogêneo [...], sentindo-se superiores aos aborígenes, os imigrantes alemães e seus descendentes constituíram colônias, isto é, grupos de estrangeiros, na região onde residiam, isolados pela língua, pela fidelidade às tradições da mãe-pátria e, por vezes, pela religião (ROCHE, 1969, p. 3).

Lembramos que Roche corrobora para perpetuação de um discurso esquadrinhado dentro do estratagema apologético e germanófilo. Por outro lado, mesmo autores que embasam suas pesquisas em outras concepções políticas ou ideológicas, acabam caindo na areia movediça do discurso do isolamento. É o caso de Janaína Amado que, mesmo delineando sua análise pelo viés marxista, reforça a ideia de uma comunidade isolada da sociedade receptora. Amado afirma que os imigrante e descendentes “agarraram-se, com todas as forças à sua fatia de terra e deixaram o mundo girar lá fora. Respeitavam o Imperador, a Imperatriz, as autoridades constituídas, porque esta era a tradição e assim os pais e avós lhes haviam ensinado” (2002, p. 52). O direcionamento historiográfico de Janaína

Amado não leva em conta as complexidades sociais, assim como padroniza o grupo imigrante de forma homogênea, colaborando para a alocação dos qualificativos ordeiro, pacífico e apolítico.

Contudo, a tese de isolamento cultural e sociopolítico já não encontra parâmetros que o fundamentem. Os estudos calcados em forte análise empírica, conceitual e metodológica, desconstruíram essa admoestação fortemente replicada. Dentre estes trabalhos, destacamos a tese de doutoramento de Marcos Justo Tramontini, publicada em forma de livro em 2000, com o título *A organização social dos imigrantes. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. Sobre este aspecto, Moreira e Mügge destacam, no que toca ao elemento relacional escravista, que

As famílias Schmidt, Blauth, Weide, Lamp, Colling, Sperb, Hassbach, Koch, Diefenthäler, Voges, Bender, Kersting, Ludwig e outras foram proprietárias de escravos, assim como os Silva, os Alves de Moraes, os Orsi, os Fogaça. Membros delas também foram votantes nas eleições primárias, tiveram seus filhos arrolados nas listas de praças ou oficiais da Guarda Nacional e se relacionaram de maneiras diversas com o Estado brasileiro e seu (limitado) alcance. A experiência migratória não os fez um quisto; tampouco os isolou geográfica e socialmente (MOREIRA; MÜGGE, 2014, p. 122-123).

Os documentos analisados, por seu turno, também são importantes para a desconstrução de teses cristalizadas, como do isolamento e enquistamento dos núcleos imigrantes, formando células desmembradas social, política e culturalmente da sociedade hospedeira. Obstante, percebemos que imigrantes e seus descendentes souberam se adequar, quando era oportuno, às regras e mecanismos próprios da sociedade brasileira. Sendo assim, essa consciência, apresentada nas massas documentais consultadas, visibilizam a articulação permanente dos jogos de identidades entre os diferentes atores sociais envolvidos.

Ao apresentarmos estes exemplos de fontes documentais e casos envolvendo imigrantes, objetivamos evidenciar que, dentro da estrutura social, política, econômica e cultural brasileira do século XIX, assim como os agentes históricos nacionais, os imigrantes também buscaram se inserir dentro do mecanismo social vigente. Deste modo, uma das formas operacionais para isso foi justamente a posse de escravos por parte daqueles que tinham condições econômicas para isso. Ao mesmo tempo, percebe-se que mecanismos legais eram driblados visando oportunizar essa posse. Numa perspectiva de discursos e interpretações que são vinculadas, as fontes documentais, em suas mais diversas formas (inventários, processos-crime, relatórios, correspondências), ajudam a compreender melhor as

formas de funcionamento da dinâmica social de imigrantes e nacionais. E essa compreensão permite elaborar uma explicação mais plausível e coerente sobre a participação imigrante, no caso de origem alemã, na construção da sociedade rio-grandense e brasileira. Porém, uma tentativa de *isolara* comunidade alemã diante da realidade nacional, não a envolvendo em processos como o da escravidão, ainda se faz presente. Segundo o historiador Marcos Justo Tramontini

[...] considerou-se fundamental incluir como elemento determinante da constituição dessa “comunidade étnica” a tensa, mas real e concreta, relação com o mundo social, econômico e jurídico brasileiro. Assim, manteve-se como panorama de fundo, nestes primeiros anos da colonização, o choque com uma natureza e um clima desconhecidos, com novas técnicas de trabalho, com um novo sistema de relações econômicas, sociais políticas e administrativas [...] (TRAMONTINI, 2000, p. 396-397).

Dentre as novas práticas percebidas e adotadas pelos imigrantes, conforme relata Marcos Tramontini, a posse de escravos se tornou, pelo menos até 1850, um dos pontos referenciais que assinalavam para a inserção dentro do sistema social brasileiro. Além dos componentes práticos deste fator, existe o valor simbólico que isto representa, pois estabelece uma diferenciação entre este imigrante e seus pares, com menor poder econômico, social e político. Após 1850, com a Lei de Terras, a questão da posse de escravos passa para um lugar menor no patamar da estrutura social, mas mesmo assim, mantendo um grau de importância significativo.

Nos discursos existentes, além da classificação de que os imigrantes foram apolíticos e apáticos diante da sociedade brasileira, buscando não se envolver nas questões existentes, procurando apenas viver sua vida tranquilamente, temos o discurso acerca do tratamento dos imigrantes para com seus escravos. É o que podemos chamar de *tentativa de amenização*. Cabe ressaltar que este discurso de cunho apologético e etnocêntrico encontrou espaço frutífero entre importantes autores que se dedicaram a aspectos diversos da imigração alemã, estabelecendo um mecanismo relacional ambivalente com essa percepção construída no senso comum: ao mesmo tempo em que recebiam uma carga de hipervalorização étnica advinda do meio social na qual estavam inseridos, suas obras forneciam subsídios discursivos para a construção e perpetuação de determinada imagem sobre si mesmos e sobre os outros. Retomando a ideia do confronto entre a imagem e o discurso construído sobre o imigrante alemão, o trabalho e a posse de escravos, conforme Magda Gans,

Tais posturas são mais próximas da ideologia do que da realidade histórica. Uma historiografia comprometida com as comemorações da memória da imigração alemã tratou de associar simbioticamente a vinda dos imigrantes europeus com a moralização da ideia do trabalho, incluindo aí o manual (GANS, 2004, p. 98).

Em decorrência desta idealização, não era condizente, com as finalidades propostas pelos principais autores sobre a memória da imigração, colocá-los em um patamar semelhante ao dos senhores de escravos nacionais. Essa equiparação destituiria o imigrante dos valores sobre os quais a identidade étnica estava sendo assentada, que eram o trabalho árduo, o caráter pacifista, ordeiro e empreendedor e, acima de tudo, sua cultura mais civilizada. Quando, por conta das pesquisas realizadas, se tornou praticamente impossível se omitir da historiografia da imigração a presença da mão-de-obra escrava nas regiões de colonização, assim como o fato de existirem imigrantes mais abastados detentores de escravos, se reforçou o discurso de amenização das relações escravistas. Alguns autores, como o escritor Felipe Kuhn Braun, afirmam uma relação paternalista entre senhores de origem alemã e seus escravos, reproduzindo um forte discurso bastante comum:

A relação entre o alemão e o negro, embora fosse preconceituosa na maioria das vezes, se dava de uma forma muito mais familiar que a do português com o negro. Alguns escravos ganharam também os sobrenomes de seus patrões alemães. Assim, Fayh, Schneider, Bauermann estão entre os sobrenomes alemães que alguns escravos passaram a assinar (BRAUN, 2012, p.42).

Um aspecto apontado pelo autor, que é a adoção dos sobrenomes alemães pelos escravos, também é percebido nas relações estabelecidas entre lusos e brasileiros para com seus escravos. Na argumentação de Braun, ele orienta o apadrinhamento num sentido de compaixão, deixando transparecer, nas entrelinhas, o discurso de superioridade étnica. Enfatiza também como são notórias as práticas de compadrio e apadrinhamento de senhores para com escravos. Endossando nossa perspectiva, nos coadunamos com as interpelações de Da Matta (1983) e Schwartz (1988), quando afirmam que a questão de dar o sobrenome, por parte do senhor, e utilizá-lo, por parte do escravizado, constituem estratégias bem delineadas por ambas as partes. Por parte do senhor, visa estabelecer uma relação de clientelismo, gerando uma dependência que pode permanecer mesmo depois de uma eventual alforria. Já por parte do escravizado, visava garantir uma mobilidade dentro da esfera social, utilizando

do sobrenome como um instrumento diante das mais diversas situações, visando garantir dividendos, pertencimento ou defesa diante de outros escravos, por exemplo. Nessa conjuntura, o sobrenome se torna uma demonstração clara de capital simbólico, dentro da concepção de Pierre Bourdieu (1989).

Os registros paroquiais, tanto católicos como evangélico-luteranos, apontam essa prática social. Por uma questão de coerência, não podemos renegar as questões subjetivas que podem surgir e permear as relações humanas nos mais diferentes âmbitos sociais e temporais. Todavia, não podemos esquecer que a manutenção dos escravos e a preservação de sua capacidade física e mental também significava tê-los aptos para negociações profícuas, ou seja, uma transação de venda rentável para os senhores envolvidos. Também podemos lembrar que muitos escravos, ao serem libertos, mantinham-se vinculados com seus senhores por não terem condições de se sustentarem, seja por falta de qualificação ou de espaço em um mercado de trabalho ainda incipiente. Deste modo, mesmo alforriados, muitos escravos ainda continuavam atuando como servidores de seus antigos senhores. Para demonstrar a potencialidade destes documentos, trazemos aqui um dos casos abordados por Moreira e Mügge, que é apresentado logo nas primeiras linhas introdutórias do livro que escreveram:

Em 22 de junho de 1844, no extremo sul do Brasil, Joaquim e Maria de Paso, ambos escravos, contraíram matrimônio. Ele era proveniente da Costa da Mina, na África, e contava, à época, com 20 anos de idade; ela era nascida no Rio de Janeiro e tinha 19 anos. O registro de casamento de escravos era algo usual após as Primeiras Constituições do Arcebispado da Bahia, que servia de principal legislação para o Brasil colonial. O casamento de Joaquim e Maria, assim, seria mais um entre milhares de atos que reuniam nubentes cativos, frente a um sacerdote a serviço da Igreja e do Império do Brasil. No entanto, este caso pode ser considerado *relativamente* diferente. Primeiro: não foi um padre que abençoou o matrimônio, mas um sacerdote luterano, o Pastor Klenze; segundo: foi registrado no livro n. 1, folha 37, do livro de casamentos evangélicos da Comunidade Evangélica de São Leopoldo (*Kirschenbücher der Evangelischen Gemeinde zu São Leopoldo*), em língua alemã, no Rio Grande do Sul; terceiro: ambos eram escravos do Major Clemens Kersting, da Picada Baum, um imigrante alemão afeito às causas da Revolução Farroupilha naqueles ano (MOREIRA; MÜGGE, 2014, p. 9).

A riqueza das informações contidas nesses documentos eclesiásticos permitem vislumbrar as rupturas nos códigos políticos vigentes, assim como o processo imbricado de interação entre imigrantes, escravizados e a sociedade brasileira oitocentista. Dentre ou outros tipos documentais, que nos permitem perceber essa interação interétnica e a estrutura do sistema escravista nas regiões imigrantes, podemos destacar também os requerimentos. Estes

por sua vez, eram encaminhados para as autoridades coloniais, provinciais e imperiais, inclusive para os próprios imperadores. Foi este o caso do requerimento feito pelo imigrante Paul Hammel, cuja trajetória foi reconstituída por Moreira e Mügge em seu livro. Este documento foi encontrado por Miquéias Mügge na Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Hammel chegou ao Rio Grande do Sul nas primeiras levadas de imigrantes. Foi assentado na Colônia Alemã de São Leopoldo. Em 1826, escreveu um requerimento ao imperador D. Pedro I, em língua portuguesa, solicitando a permissão para comprar um escravo, enquanto ele, marceneiro de profissão, percebendo a falta deste ofício qualificado na província, gostaria de se instalar em alguma localidade onde seus préstimos fossem úteis. Com isso, o cativo que compraria se dedicaria às lidas agrícolas no lote de terras que recebera do Império. Na verdade, disfarçados de agricultores, muitos artesãos e profissionais liberais camuflaram sua verdadeira profissão, passando-se por homens do campo, a fim de poderem ganhar a oportunidade de embarcarem para o Brasil.

O requerimento de Paul Hammel tem valor especial por demonstrar que, já logo nos primeiros anos da imigração, os imigrantes já percebiam o mecanismo social e econômico brasileiro, percebendo na posse de cativos, além de uma forma de ampliar seus ganhos, também de auferir status social. Isso explica, por exemplo, o fato de muitos comerciantes alemães, a partir da década de 1940, deixarem um número considerável de escravos dentre os bens inventariados. Assim como o imigrante Hammel, outros buscaram, junto às autoridades, conseguir autorização para compra de mão-de-obra escrava. Outros, as adquiriram adotando mecanismos não tão dentro das normas legais.

Somando-se ao que aqui fora exposto, uma apreciação crítica do passado, levando em conta as complexidades das configurações sociais permite ver, não apenas o fato ocorrido, mas percorrer caminhos, sejam discursivos, representativos, ideológicos e políticos, que acabam se fazendo presentes no cerne social até a contemporaneidade.

Considerações Finais

Nosso objetivo é, a partir da constatação da riqueza analítica possível por meio das fontes documentais, colaborar para uma discussão acerca das formas como os aspectos históricos da imigração e da escravidão são relacionados. Aqui, brevemente, mostramos que eles são tangenciais, pois um perpassa o outro. Além disso, diante de um panorama social

marcado pela tentativa do cumprimento de direitos, de maior visibilidade e ação dentro do quadro social brasileiro, uma compreensão crítica dos antecedentes históricos tem e pode contribuir significativamente para este processo.

Alguns autores refutam as informações contidas nas fontes documentais. Outros tentam modificar seu sentido ou atenuar. Buscam embasar suas pesquisas apenas em obras tidas como clássicas acerca da imigração ou nos discursos orais. Não é nosso objetivo aqui desqualificar estas formas de obtenção de informações. Mas queremos exemplificar como a pesquisa e o uso crítico das fontes documentais pode reorientar os rumos da construção histórica, mesmo em temáticas consideradas por alguns já ultrapassadas, como é o caso da imigração e da escravidão.

A análise dos aspectos históricos da escravidão não estão esgotados. Assim como os aspectos pertinentes ao processo de imigração no Brasil. Nos últimos tempos, tanto por conta do uso de outros recursos e instrumentais teórico-metodológicos, como a micro-história italiana, como pelas novas abordagens e questionamentos aplicados sobre estas grandes temáticas. Ao mesmo tempo, ela abre espaço para discussões pertinentes da atualidade, como a dinâmica interétnica e a formação social brasileira ao longo dos últimos dois séculos, principalmente. Essas abordagens reconsideram as construções históricas dos diferentes grupos étnicos, não pelo viés do isolamento, mas pelas relações cambiáveis, pela luta por espaço e da garantia de respeito de suas características, pelas desigualdades surgidas. Neste ambiente, onde as análises podem produzir perguntas e possibilidades profícuas, a compreensão histórica dos grupos étnico-culturais que formam a sociedade brasileira pode contribuir significativamente para novos panoramas sociais, tanto no sentido de políticas públicas como no avanço da participação e da cidadania.

Também não se busca o que podemos definir como *sacralização* ou *demonização* dos diferentes grupos étnicos e agentes históricos envolvidos. Busca-se, por meio da discussão e do diálogo, calcado em uma análise crítica, estabelecer uma compreensão das dimensões, dos processos, dos contextos, das mudanças e dos avanços decorrentes do estabelecimento de uma multifacetada estrutura cultural e étnica, tal como é a que temos no Brasil. Deste modo, a cooperação dos historiadores não se restringe apenas (e não menos importante) ao estudo do passado, mas coerentemente oferece explicações e possibilidades para as questões atuais. Pode inferir novas perspectivas em concepções já obsoletas e ampliar a capacidade de diálogo, que muitas vezes se perde em discursos baseados em tentativas de edificação ou de marginalização. O estudo da história da escravidão, da abolição e pós-abolição, da imigração,

mas principalmente, da História Social do Brasil, ganham muito com o avanço das pesquisas nos últimos anos. E isso pode refletir na sociedade como um todo.

Referências bibliográficas

AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopedia Einaudi*. v. 5. Lisboa: Ed. Portuguesa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda. Antropos Homem, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRAUN, Felipe Kuhn. *Novo Hamburgo: da fundação à emancipação política 1824 -1927*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

DA MATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GANS, Magda. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GERTZ, René E. A Câmara de Vereadores de São Leopoldo de 1846 a 1937. In: SILVA, Haike Roselane Kleber da; HARRES, Marluza Marques. *A história da Câmara e a Câmara nahistória*. São Leopoldo: Oikos, 2006, p. 56-71.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul* (Província de São Pedro). Porto Alegre: A Nação, 1975.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MÜGGE, Miquéias Henrique. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, 1989.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNIESP, 1998.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. v. 1 e v. 2. Porto Alegre: Globo, 1969.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SPERB, Angela. O inventário de João Pedro Schmitt. In: *Anais do IV simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1987, p.17-44.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

Fontes documentais

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – Fundo Justiça — Correspondência/São Leopoldo/Juízo de Direito

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo – Série Diversos – Procuradoria/Fazenda

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – 1º Cartório de São Leopoldo – Inventários